

Ata n.º 144 / XIII / 4.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2018, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Discussão e aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa.

3. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:

[Proposta de Resolução n.º 75/XIII/4ª - Aprova as Emendas à Convenção da Organização Internacional de Comunicações Móveis Via Satélite, adotadas pela 20.ª Assembleia da IMSO, realizada em Malta, em 2 de outubro de 2008](#)

Deputado(a) autor(a) do parecer – PS

[Proposta de Resolução n.º 76/XIII/4ª - Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, que cria o Prémio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017](#)

Deputado(a) autor(a) do parecer – PSD

4. Outros assuntos

_____ / _____

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)**, que deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

No **primeiro ponto** da ordem do dia, o Senhor **Presidente** abordou as seguintes questões:

Solicitou que o PS indicasse o Deputado-Relator para a Petição n.º 520/XIII/3.^a – *“Pela assinatura por parte de Portugal do Tratado de Proibição de Armas Nucleares – Pela paz, pela segurança e pelo futuro da Humanidade.”*

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, informando que, nesta matéria, a elaboração do Relatório ficará a cargo da Senhora Deputada Jamila Madeira.

Relativamente à participação na conferência interparlamentar de Bruxelas, sobre o tema da observação em processos eleitorais, foi o PSD questionado sobre se estaria em condições de indicar o seu representante àquela reunião, tendo intervindo o Senhor **Deputado José Cesário** para referenciar a participação na mesma do Senhor Deputado Pedro Alves.

Relativamente à questão do novo procedimento relativamente à discussão e consensualização de votos, informou o Senhor **Presidente** que a matéria foi abordada em Conferência de Líderes, desconhecendo-se, porém, o teor concreto do decidido, pois a ata respetiva ainda não foi distribuída. Aproveitou para vincar a posição de princípio da CNECP acerca desta matéria, ou seja, que a suscetibilidade de reunião à 5.^a feira, para apreciação de projetos de voto apenas deve ter lugar a título excecional, quando as circunstâncias objetivas e de tempo assim o exigiam, devendo constituir a regra, a apreciação dos mesmos, apenas, na reunião da Comissão imediatamente seguinte à sua apresentação na Mesa do Plenário. Frisou, ainda, que a sujeição dos projetos à Comissão, para consensualização, apenas deve ter lugar em matérias pré-selecionadas, mormente, perante manifestações institucionais de soberania com previsível impacto nas relações entre Portugal e outros Estados soberanos, que por esta via se virem envolvidos.

Nesta parte, intervieram os seguintes Senhores **Deputados**:

Ascenso Simões (PS) para se congratular pelo facto de os procedimentos a adotar em causas como estes estarem a tomar o bom caminho. Relembrou que, de fora deste procedimento, devem ficar os votos cuja iniciativa tenha pertencido ao PAR., E concordou com a regra geral da apreciação de votos na primeira reunião da Comissão imediatamente seguinte à apresentação dos projetos de voto, por se tratar de matérias onde está em causa a representação parlamentar em assuntos externos.

José Cesário (PSD), para vincar que desde há algum tempo que tem vindo a defender a adoção do procedimento indicado pelo Presidente da Comissão. Cinete que este procedimento acarretará em acréscimo de trabalho para os serviços da Comissão, o facto é que está em causa a dignidade do trabalho da mesma e, por extensão, do próprio Parlamento, tendo reforçado a ideia de que as reuniões à 5.^a feira apenas se justificam em caso de absoluta urgência.

Maria Manuel Rola (BE), para manifestar a discordância do seu Grupo Parlamentar relativamente a este novo procedimento. E lembrou que, nos casos em que as medidas votadas em Plenário possuam um eventual impacto negativo, tal ónus negativo recairá sempre sobre os Partidos e os Deputados que os votam.

Retomou a palavra o Senhor **Presidente** para referir que a adoção deste procedimento carece, ainda, de toda uma recolha de experiência que o tempo e as circunstâncias trarão e que será fundamental à sua sedimentação. E sublinhou que, com esta iniciativa, não está em causa tolher a iniciativa dos diferentes Partidos nas diversas matéria, apenas e tão só, garantir um espaço de debate prévio e busca de consensos em matérias de superior relevância, atividade que enobrece o parlamentarismo.

A discussão prosseguiu com a intervenção dos Senhores **Deputados**:

Paula Teixeira da Cruz (PSD), para salientar que todas as discussões sobre política internacional em Plenário deve ser precedida de escrutínio em Comissão, momento que é essencial para a seriedade democrática do trabalho parlamentar. No seu entendimento, a apresentação à última hora de um projeto de voto, desacompanhado de um indispensável debate, constitui um entorse ao trabalho parlamentar e uma ignorância acerca da sua essência.

Maria Manuel Rola (BE) para referir que uma coisa é a data de entrega do projeto de voto, outra é o direito regimental e constitucional aplicável, regras que, uma vez seguidas, não põem em causa a busca de consensos.

Ascenso Simões (PS) para referir que, de facto e de direito, esta matéria é credora de tratamento regimental que, presentemente, não existe. Nesta medida, a solução ora

preconizada é a que melhor serve a finalidade em presença no quadro atual de competências.

Wanda Guimarães (PS) para manifestar a sua concordância com a posição defendida pelo Presidente da Comissão, a qual se lhe afigura aconselhável e desejável.

Paula Teixeira da Cruz (PSD) para referir, em complemento à sua anterior intervenção que, por princípio, não vota considerando cujo teor desconheça prévia e atempadamente, na certeza de que tal apreciação não pode ser feita à pressa, no próprio dia da votação, o que leva a que, frequentemente, os Deputados votem certos textos sob uma lógica grupal, sem consciência individual plena da dimensão da matéria tratada.

Paulo Pisco (PS) para manifestar a sua concordância relativamente às orientações procedimentais emanadas da Conferência de Líderes, pois contribuem para a moralização do recurso à figura do voto, às sextas-feiras, em Plenário. E sublinhou que será a prática do trabalho em Comissão que possibilitará um sucessivo aprimoramento dois procedimentos em causa.

Interveio o Senhor **Presidente** para salientar que o trabalho e decisões parlamentares não são coadunáveis, exclusivamente, com critérios mediáticos. Há, em primeiro lugar, que definir o “território” substantivo próprio da CNECP, i.e., o que possui dignidade para descer à Comissão. Só depois se coloca a questão da aplicação do procedimento mais adequado, o qual, em regra, não pode sucumbir, em matérias tão relevantes para as relações internacionais portuguesas, na habitual “febre das sextas-feiras”, para mais quando as potenciais consequências negativas da aprovação de certos votos acabarem sempre por recair politicamente nos ombros da própria Comissão.

Interveio, ainda, a Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)** pra sublinhar que o BE discute e analisa previamente todos os projetos de voto que subscreve, não podendo responder por idêntico procedimento relativamente aos outros Grupos Parlamentares.

No **Ponto 2. da OD**, foi apresentado pelo Senhor Presidente o projeto de Plano de Atividades para a 4.^a Sessão Legislativa, cujo texto foi, em tempo, devidamente remetido a todos os Deputados para recolha de contributos.

Nesta sequência, intervieram os Senhores Deputados:

Paulo Pisco (PS) para manifestar a sua concordância em relação ao projeto, por conter todas as propostas em tempo avançadas pelo PS, incluindo a proposta de visita à sede da ONU, em Nova Iorque, que não constava dos contributos iniciais.

José Cesário (PSD) para, no mesmo sentido, manifestar a plena concordância do seu Grupo Parlamentar relativamente ao Plano projetado.

Não se tendo registado mais intervenções, e uma vez submetido a votação, o Plano de Atividades foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 3.**, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas pelos Deputados assinalados:

- Projeto de Resolução n.º 75/XIII/4.^a – Deputada Odete João (PS);
- Projeto de Resolução n.º 76/XIII/4.^a – Deputado Carlos Páscoa (PSD).

Finalmente, no **Ponto 4.**, deliberou a Comissão que não reunirá na semana entre 1 e 5 de outubro, salvo superveniência de assunto urgente e inadiável.

_____ // _____

Inexistindo outras questões a abordar, a reunião foi encerrada pelas dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, dela sendo lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Palácio de São Bento, 25 de setembro de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 16 de outubro de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Isabel Santos
Jamila Madeira
Joana Lima
João Gonçalves Pereira
José Cesário
Lara Martinho
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Odete João
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
Adão Silva
Berta Cabral
Fernando Jesus
Maria da Luz Rosinha
Pedro Alves
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
João Oliveira
Pedro Filipe Soares
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite